

OBAMA E O IRAQUE DE GUERRA MALDITA A ALIADO PERDIDO?

Bernardo Pires de Lima

Poucas intervenções militares terão suscitado tanta crispação e divisão entre aliados como a do Iraque em 2003. Foi um processo de decisão com argumentações ideológicas, polémicas, discutíveis, fruto de convicções sobre o futuro xadrez do Médio Oriente, algumas em consequência da ferida aberta pelos ataques de 11 de setembro de 2001, outras ainda aproveitando a transição nos equilíbrios do sistema internacional para marcar uma agenda própria.

Nos quatro anos seguintes à intervenção, o Iraque viveu entre o caos e a instabilidade, entre a ingerência externa e a fratura étnica interna, entre o derrube de uma ditadura e uma transição para uma democracia em cima de estacas. Todo o quadro do pós-guerra só teria uma inversão quando a estratégia norte-americana foi redefinida e a *surge* foi posta em marcha em 2007. Desde então, o quadro interno melhorou significativamente, a estabilidade foi progressivamente alcançada em muitas regiões e Washington acabaria por traçar um calendário de retirada, acordado com o Governo iraquiano, em novembro de 2008: até 31 de dezembro de 2011, todas as tropas estrangeiras teriam de sair do Iraque, a quem seria restituída a soberania total sobre as diversas dimensões do poder. Perceber a visão da Administração Obama sobre o Iraque e o Médio Oriente, avaliar as consequências da retirada norte-americana, os efeitos nos equilíbrios de poder regionais e suscitar alguns cenários é o que se propõe neste artigo.

RESUMO

Este artigo procura analisar o quadro de negociação da retirada das tropas americanas do Iraque, perceber o processo de decisão norte-americano entre o caos posterior à intervenção de 2003 e o aumento das tropas de 2007, avaliar a visão da Administração Obama para o Iraque e o Médio Oriente, sem deixar de levantar questões sobre as consequências da retirada militar nos equilíbrios regionais, na influência dos Estados Unidos no Médio Oriente e na estabilidade do Iraque.

Palavras-chave: Política externa americana, Iraque, Médio Oriente, Administração Obama

ABSTRACT

OBAMA AND IRAQ: FROM DAMMED WAR TO LOST ALLY?

This article seeks to analyze the negotiation process around the American withdrawal from Iraq, to understand the American decision between the post-intervention chaos and the surge of 2007, as well as evaluate Obama's foreign policy towards Iraq and the Middle East,

→

Finally, it tries to explore some of the consequences to regional balance, US influence and Iraqi stability.

Keywords: American foreign policy, Iraq, Middle East, Obama Administration

ENTRE O CAOS E A SURGE

Outubro de 2006 foi o mês mais mortífero para as tropas americanas desde janeiro de 2005. Uma média de 180 ataques por dia nesse trágico mês resultaram em cento e dois militares americanos mortos. Em comparação com janeiro do mesmo ano, a atividade insurgente no Iraque operava mais de setenta ataques diários, enquanto as forças de segurança iraquianas viram duplicar os ataques contra si próprias em apenas dez meses. Morriam no ano de 2006 perto de três mil civis iraquianos por mês. A estratégia americana não estava a resultar e o Iraque estava à beira de uma guerra civil incontrolável¹.

Diversos fatores contribuíram para este quadro. Destaquemos os três mais relevantes. Primeiro, face à predominância da linha protagonizada por Donald Rumsfeld e pelo Vice-Presidente Dick Cheney, defendeu-se a *desbaathização* do Iraque. Seguindo o modelo de *desnazificação* na Alemanha do pós-Guerra, o recém-nomeado diretor para a reconstrução do Iraque, Paul Bremer, procedeu a uma perseguição a todo e qualquer indivíduo que, forçado ou voluntariamente, tenha servido o regime de Saddam Hussein. Influenciado pelas ideias de Ahmed Chalabi – o líder da resistência iraquiana no exílio e preponderante nas decisões do Pentágono –, este processo pôs em causa a relação de confiança desejável entre quem tenta libertar e quem se vê perseguido.

Segundo, mas na mesma linha, o desmembramento das forças de segurança revelou-se catastrófico. Culpados por servirem Saddam – mesmo que não lhes restasse outra hipótese –, aqueles que garantiam a ordem pública passaram a estar no desemprego de um momento para o outro. Com um crescente grau de insubordinação, tornou-se praticamente galopante o descontrolo da situação em Bagdade, sob domínio norte-americano, ao contrário, por exemplo, de Bassorá, onde os britânicos iam garantindo uma situação bem mais estável. Terceiro, a descoberta do escândalo de Abu Ghraib. Se a confiança iraquiana e internacional na estratégia americana do pós-guerra já não era grande, pior ficou quando foram publicadas imagens na imprensa sobre abusos e maus tratos a prisioneiros iraquianos na prisão de Abu Ghraib, às mãos de tropas norte-americanas².

Para inverter este cenário de caos, foi criado a 15 de março de 2006, pelo Congresso norte-americano, um grupo de trabalho focado na avaliação da situação do Iraque com a tarefa de estudar soluções viáveis para serem operacionalizadas pela Administração Bush. Originalmente proposto pelo congressista republicano do estado da Virgínia, Frank Wolf, este painel era composto por dez personalidades de reconhecidos méritos profissionais, indicados pelos dois grandes partidos. Entre eles estavam Robert Gates (que abandonou o grupo de trabalho ao ser nomeado secretário da Defesa em dezembro de 2006), James Baker (antigo secretário de Estado de George Bush), William Perry (antigo secretário da Defesa de Bill Clinton), Leon Panetta (antigo chefe de gabinete de Bill Clinton, ex-diretor da CIA e atual secretário da Defesa) e Lawrence Eagleburger (ex-secretário de Estado de George Bush).

A 6 de dezembro de 2006, o *Iraq Study Group Report* tornava públicas as suas setenta e nove recomendações com vista a preencher quatro grandes desafios para o Iraque: melhorar a segurança interna, reforçar o governo eleito, reconstruir a economia e as infraestruturas e manter a estabilidade regional. Entre estas recomendações, destacamos as seguintes: a criação de uma nova ofensiva diplomática que permita regionalizar a solução (dialogando com o Irão e a Síria); não existindo uma solução exclusivamente militar para o terreno, Washington deve prestar todo o auxílio ao Governo iraquiano com vista a uma reconciliação nacional; apostar no treino e formação das forças de segurança iraquianas de forma a aumentar a soberania nacional e a reduzir a presença americana; aumentar a assistência económica americana até cinco mil milhões de dólares por ano, com vista à criação de emprego, captação de investimento estrangeiro e envolvimento de organismos como o Banco Mundial, as Nações Unidas e a União Europeia; um aumento na ordem dos dez a 20 mil tropas americanas para treino e formação às forças de segurança iraquianas quer na manutenção da segurança quotidiana, quer em operações de contraterrorismo contra a Al-Qaida. Vale a pena aprofundar este ponto.

O grupo de trabalho rejeitava a retirada das tropas americanas pura e simples, pois isso só prejudicaria as debilidades funcionais das autoridades iraquianas e poria em risco os esforços levados a cabo anteriormente. Mas opunha-se liminarmente ao aumento de tropas na ordem dos 100 mil a 200 mil homens, como muitos propunham, por isso ser encarado como reforço da ocupação do Iraque e não como uma melhoria da soberania iraquiana³. Além disso, o Iraque não esgota as preocupações de segurança dos Estados Unidos e a frente afegã arriscar-se-ia a ficar prejudicada por escassez de recursos militares, humanos e financeiros. Reforço cirúrgico de tropas para efeitos de treino e formação, sim; reforço militar maciço, não. Mais: todas as tropas que não se destinem a treino e melhoria das forças de segurança iraquianas devem estar fora do Iraque até ao final do primeiro quartel de 2008.

No final de 2006, o Iraque estava à beira da guerra civil. Dezenas de milhares de iraquianos tinham abandonado as suas casas e Bagdade era palco de uma luta entre enclaves que se digladiavam. Insurgentes, criminalidade organizada e milícias ligadas a fações político-religiosas usavam a violência entre si e contra as forças da coligação. Com apoios do exterior, fomentava-se assim o terreno propício para acelerar a retirada americana com vista à reocupação desse eventual vazio. A questão estava, nesta altura, num ponto decisivo: devem os Estados Unidos sair do turbilhão iraquiano o mais depressa possível ou implementar uma nova estratégia que reduzisse a violência sectária e desse condições ao poder político iraquiano para fazer o seu trabalho? E mesmo na ressaca da derrota eleitoral nas *midterms* de novembro de 2006, onde os republicanos perderiam as maiorias no Senado e na Câmara dos Representantes – um dos tópicos da agenda democrata era a redução de tropas no Iraque –, George W. Bush daria uma resposta a 10 de janeiro de 2007, depois de maturar o plano em reuniões com os mais

importantes conselheiros do Departamento de Estado, com um conjunto de experts do mundo acadêmico e militar (11 de dezembro de 2006), com o Vice-Presidente Dick Cheney e o Joint Chiefs of Staff (13 de dezembro).

Num discurso à nação, o Presidente americano traçaria a nova estratégia para o Iraque nos seguintes moldes⁴. Como introdução, colocou o falhanço do Iraque como desastroso para os Estados Unidos. Porquê? Primeiro, porque o radicalismo islâmico ganharia espaço de manobra e novos recrutamentos. Segundo, o Irão ver-se-ia mais livre para levar avante o seu programa nuclear, com os riscos que tal acarreta para a região e para a segurança americana. Terceiro, o Iraque seria um santuário para todos aqueles que se dedicam a criar o pânico aos Estados Unidos, quer no Médio Oriente, quer em território americano.

E para não correr nenhum destes riscos, Bush deu conta da sua estratégia. O foco seria o arco territorial em redor de Bagdade, palco de 80 por cento de toda a violência. Como para a Administração a causa desta insurgência resultava do número reduzido de tropas e forças de segurança iraquianas e americanas no terreno, Washington comprometeu-se a enviar mais 20 mil tropas, a grande maioria destinada precisamente a Bagdade e com uma missão muito clara: ajudar os iraquianos a reforçar a segurança, a proteger as suas populações e a garantir que as forças de segurança locais fossem capazes de progressivamente providenciar as condições de estabilidade e segurança que sobretudo Bagdade precisava.

Uma outra diretriz dizia respeito à neutralização e eliminação das ações da Al-Qaida, sobretudo a partir da província de Anbar. Para tal, os Estados Unidos comprometiam mais quatro mil homens para trabalhar em conjunto com as forças de segurança iraquianas e líderes locais para que a ação terrorista não se alastrasse a outras províncias, nem compromettesse o processo de transição político e de segurança em marcha. E, ao contrário das recomendações do Iraqi Study Group, Bush não via vantagens no diálogo

AO CONTRÁRIO DAS RECOMENDAÇÕES DO IRAQI STUDY GROUP, BUSH NÃO VIA VANTAGENS NO DIÁLOGO COM TEERÃO E DAMASCO, ANTES PREFERIA ENDURECER A ABORDAGEM ATRAVÉS DE UMA MAIOR ATENÇÃO ÀS FRONTEIRAS COM O IRAQUE DE MANEIRA A PREVENIR APOIOS AOS GRUPOS INSURGENTES.

com Teerão e Damasco, antes preferia endurecer a abordagem através de uma maior atenção às fronteiras com o Iraque de maneira a prevenir apoios aos grupos insurgentes. Aliás, nesta declaração ao país, os aliados regionais estavam bem identificados: Turquia, Arábia Saudita, Egito, Jordânia e estados do Golfo. A estratégia era de isolamento da Síria e do Irão, não de aproximação diplomática. Em paralelo com esta abordagem de segurança, Washington pretendia desenvolver

uma de carácter económico, impulsionando os esforços iraquianos sobretudo na criação de emprego, dando ênfase a uma estratégia integrada para o curto e médio prazo no Iraque.

Mas não foi só no plano das ideias que a inversão do caos no Iraque se deveria dar. Era também preciso mudar as caras desta nova orientação. Assim, nesse mesmo mês de

janeiro, o Presidente Bush faria alterações profundas na estrutura de comando responsável pelo Iraque. O diretor da agência nacional de informações, John Negroponte, era substituído pelo almirante na reforma John McConnel. Ryan Croker era nomeado embaixador no Iraque e o seu antecessor no posto, Zalmay Khalizad, iria para embaixador nas Nações Unidas. Seria o muçulmano de nacionalidade americana a ascender ao cargo mais elevado na hierarquia do Estado na história dos Estados Unidos. Mas a mais importante alteração deu-se na liderança da coligação militar no Iraque, com o general George Casey a ser substituído pelo general David Petraeus, tendo como número dois o general Raymond Odierno. Os dois seriam cruciais no desenho de toda a estratégia militar a partir de 2007 e no sucesso da *surge*.

E é a partir destas alterações metodológicas, estratégicas e de liderança que a situação interna no Iraque se inverte. A iminência da guerra civil e a incapacidade americana no terreno foram dando lugar à melhoria da segurança e da economia nos anos 2007 e 2008. Importa perceber como.

DA SURGE À RETIRADA

Já com Robert Gates na chefia do Pentágono e com o general Petraeus no comando operacional da situação, a Guerra do Iraque durava já há mais tempo para os Estados Unidos do que tinha durado a sua participação na II Guerra Mundial. Começava a ficar mais ou menos evidente que a intervenção não tinha surtido os efeitos pretendidos e que tinha desviado esforços e recursos da frente afegã. A estratégia alargada do Presidente Bush – mudança de regime, democratização, alteração do quadro regional – daria agora lugar a uma política de pequenos passos para se inverter a sensação de derrotismo.

Petraeus queria mais respeito pelas populações iraquianas, menos agressividade nas patrulhas feitas por militares americanos, mais operações conjuntas com as forças de segurança locais. À chegada das primeiras brigadas americanas, em fevereiro, responderam os insurgentes com uma média de um carro armadilhado por dia em Bagdade⁵. De acordo com a análise feita no terreno, concluiu-se que o *modus operandi* da Al-Qaida atacava sobretudo de dia, usando carros-bomba em zonas xiitas perto de mercados, enquanto que as milícias xiitas retaliavam à noite quando as populações sunitas dormiam. Esta guerra civil paralela aos ataques a alvos americanos implicava uma abordagem específica para cada situação. Foram erguidas mais barreiras e *checkpoints* para evitar que os terroristas chegassem perto de zonas civis populosas e em hora de grande movimento e, à medida que os alvos foram passando para fora das comunidades civis, a confiança nas tropas americanas aumentava.

Além destas melhorias diárias, Moqtada al-Sadr, o líder das milícias xiitas antiamericanas, declarou um cessar-fogo e pôs-se em marcha um conjunto de pagamentos regulares aos líderes tribais das principais comunidades para que largassem a luta armada e partilhassem os destinos políticos do país. Por fim, dava-se ainda importância ao fator externo, ou seja, para Petraeus e a sua equipa era evidente que o Irão, a Síria e a Turquia

eram *players* com influência nas comunidades iraquianas e que uma frente diplomática forte teria que estar na agenda de Washington. Todas estas dimensões do teatro iraquiano centravam o objetivo da Administração Bush na inversão do caos, na neutralização da Al-Qaida local, na diminuição da influência iraniana na política do Iraque e da região e, por fim, tendo esta estratégia grande protagonismo no *State of the Union Address* de 2007 (o primeiro depois da derrota republicana nas *midterms* de novembro de 2006), colocá-la no topo da agenda externa de Washington para os tempos mais próximos.

De acordo com dados da Brookings Institution, comparando números entre novembro de 2006 e novembro de 2008, verificamos que as mortes civis iraquianas passaram de 3450 para 500, o número de forças de segurança iraquianas passou de 323 mil homens para 558 mil, e o número de tropas americanas mortas diminuiu de 69 para 12⁶. A *surge* tinha invertido a situação, não deixando esta de ser, já com Barack Obama na presidência, ainda de alguma fragilidade.

O final de 2008 foi também marcado por dois factos de enorme relevância para o Iraque. Por um lado, terminara o prazo para a presença militar externa, ao abrigo da Resolução 1790 do Conselho de Segurança⁷. Por outro, foram assinados os dois acordos-quadro bilaterais entre o Iraque e os Estados Unidos que traçariam o calendário final para a presença americana no território até 31 de dezembro de 2011.

George W. Bush abordaria precisamente este quadro em julho de 2008⁸. O Presidente deu conta aos americanos do sucesso da *surge* na pacificação interna iraquiana e na segurança das tropas americanas, ao mesmo tempo que transmitiu a vontade da Administração em estabelecer um compromisso estratégico com o Governo iraquiano liderado por Nuri al-Maliki no sentido de se precaverem de um cenário de ilegalidade na presença militar estrangeira cujo prazo terminava no final do ano. Além disso, era a forma de Washington enviar um sinal de início do fim de um processo duríssimo que desencadeara em 2002-2003 e que tantos custos financeiros, políticos e militares comportara.

OBAMA E O IRAQUE

Era ainda Barack Obama senador pelo Illinois, e num célebre discurso em Chicago colocara a sua posição num plano de singularidade dentro do Partido Democrata. Estávamos em outubro de 2002, num momento em que o uso da força estava cada vez mais presente no debate político como solução para derrubar o regime de Saddam Hussein. Obama foi dos primeiros responsáveis políticos a insurgir-se contra a intervenção, por esta levar «a uma ocupação americana de duração indeterminada, custo indeterminado e com consequências indeterminadas»⁹. No entanto, Obama seria claro quanto a um ponto importante e que marcaria posteriormente o seu mandato presidencial: «não sou contra todas as guerras»¹⁰. Com isto, embora longe de qualquer disputa interna para a nomeação partidária, o senador definia duas bases importantes na construção daquilo que mais tarde passou a ser a sua narrativa na corrida à nomeação democrata e à Casa Branca. Em primeiro lugar, não era um pacifista e estava disposto a usar a

força para defender os interesses norte-americanos no exterior. Segundo, o uso da força devia ser um recurso bem aplicado e suportado por argumentos fortes, não um instrumento rotineiro capaz de desgastar a imagem e os recursos norte-americanos. Com este segundo argumento definia a fronteira mais tarde evidente na campanha interna democrata de 2007 e 2008. De um lado, Hillary Clinton, Joe Biden, John Edwards, Christopher Dodd, todos votantes da resolução do Senado que autorizou o uso da força no Iraque, aprovada em novembro de 2002. Do outro, Barack Obama, senador que votou contra a mesma resolução e que soube aproveitar a impopularidade da intervenção e do pós-guerra entre os eleitores para vincar a sua razão e coerência. Este argumento foi fundamental para ganhar as primárias e, mais tarde, marcar uma forte clivagem com John McCain, o candidato republicano e apoiante da intervenção.

Ainda em 2007, há dois momentos importantes que dão corpo à posição de Obama sobre o Iraque. O primeiro é um discurso no Chicago Council on Global Affairs, em abril, talvez o primeiro grande discurso da sua campanha sobre política externa. Nele sublinhou o compromisso de retirar do Iraque e focar recursos e esforços políticos no restante Médio Oriente, Irão e Afeganistão, este último «onde são precisas mais tropas americanas para combater a Al-Qaida, derrubar Ossama bin Laden e travar a deriva do país rumo à instabilidade»¹¹.

O segundo é o artigo publicado na *Foreign Affairs* de julho-agosto. Aqui associa expressamente a «renovação da liderança americana no mundo» a uma «retirada responsável do Iraque», permitindo assim uma recentragem de atenção num Médio Oriente alargado. Enquanto opositor da *surge* de 2007, a sua proposta é consequente com essa posição: retirada total até fim de março de 2008. Para Obama, só esta retirada transmite o sinal à sociedade iraquiana capaz de travar a clivagem mortífera entre sunitas e xiitas. Aliás, neste artigo, a retirada é condição para a existência de uma solução política entre os iraquianos e o calendário proposto é convergente com as disposições do Iraq Study Group¹². Por outras palavras, Obama queria marcar uma viragem radical sobre os anos de Bush, sair do Iraque rapidamente e focar recursos no Afeganistão e na luta contra a Al-Qaida.

Podemos considerar que uma narrativa eleitoral tem uma lógica muito particular, permitindo um conjunto de posições mais táticas do que efetivamente assentes em todas as variáveis presentes no exercício do poder executivo. A posição assumida pelo candidato Obama e depois pelo Presidente Obama entronca, como se sabe, neste raciocínio. Com um acordo bilateral assinado entre Bush e Maliki prevendo a retirada total em finais de 2011, uma crise económica interna e uma guerra sem fim à vista no Afeganistão, Obama foi moldando a sua posição face ao Iraque.

OBAMA QUERIA MARCAR UMA VIRAGEM RADICAL
SOBRE OS ANOS DE BUSH, SAIR DO IRAQUE
RAPIDAMENTE E FOCAR RECURSOS
NA LUTA CONTRA A AL-QAIDA.
QUANDO CHEGA À CASA BRANCA,
A «SUA» GUERRA É A DO AFEGANISTÃO.

Quando chega à Casa Branca, a «sua» guerra é a do Afeganistão. É sobre ela que a revisão estratégica se vai dar, que o aumento das tropas será aprovado, que a cooperação com os aliados da NATO, Rússia e Paquistão se tornará prioritária. Recebe mesmo aconselhamento no sentido de reforçar o contingente no Afeganistão à medida que as fases de retirada do Iraque se vão fazendo¹³. A sua disposição inicial é cumprir a promessa de terminar a presença militar no Iraque e abordar o Médio Oriente com uma iniciativa diplomática forte e presente. Era preciso, na sua perceção, inverter a má imagem dos Estados Unidos na região e reforçar a liderança no sistema. É o que propõe no Cairo, em junho de 2009, quando se dirige à região propondo «um novo princípio de relação entre os Estados Unidos e os muçulmanos em todo o mundo», baseado no «respeito mútuo», «na verdade que os Estados Unidos e o Islão não se excluem», «nem têm de estar em competição»¹⁴. Esta ideia de normalizar os Estados Unidos no exterior era vista por alguns como a negação do excepcionalismo americano, que pauta a postura e o comportamento de muitas administrações na abordagem externa. O papel da América não era mais fruto de um desígnio divino, inerente à sua própria fundação e basilar nas suas boas intenções para o resto do mundo, mas de retração estratégica e recentragem nas prioridades da recuperação económica nacional, como é notório na National Security Strategy de 2010 ou na Defense Strategic Guidance de 2012¹⁵.

Obama tem uma visão menos voluntarista do uso da força que, por exemplo, Bill Clinton e George W. Bush, encara com enorme ceticismo as intervenções humanitárias que têm conduzido a longas permanências militares no exterior e, sobretudo, quer focar a agenda norte-americana na Ásia-Pacífico, como Hillary Clinton bem sublinhou num importante artigo em finais de 2011¹⁶. Este quadro ideológico, mas também os constrangimentos materiais de uma América em crise financeira e a ascensão da China na região mais competitiva do mundo, ajudam a interpretar, resumidamente, a política externa da Administração Obama. É visível a ausência de uma abordagem integrada para as revoltas árabes em curso e a preferência por uma estratégia caso a caso; mas foi também visível a tentativa de reforçar o pilar diplomático com o Irão, quer quando este passou por turbulência interna em 2009, quer quanto à gestão do dossiê nuclear, mesmo sob pressão de Israel para a endurecer. Ou seja, temos mais ceticismo no excepcionalismo americano, mais noção dos equilíbrios de poder globais em curso, mais consciência dos limites do poder americano, da deslocação do centro nevrálgico económico e securitário do Ocidente para o Pacífico, ou da importância da diplomacia como reforço da ação militar¹⁷. A questão que se coloca é se este realismo é compatível com a liderança dos Estados Unidos no sistema nas próximas décadas.

A HERANÇA DE BUSH E A ESTRATÉGIA DE OBAMA

Os acordos bilaterais assinados a 17 de novembro de 2008, entre o governo eleito do Iraque e os Estados Unidos, tinham objetivos estratégicos concretos e um calendário para a retirada americana definido. De forma a substituir a autorização da ONU sobre a presença de forças estrangeiras, depois de expirar a data de 31 de dezembro de 2008,

foi determinado o prazo da retirada das forças de combate americanas até 30 de junho de 2009, salvaguardando a data de 31 de dezembro de 2011 como *terminus* da presença das restantes forças destacadas por Washington (50 mil). Era este o articulado mais importante do *Status of Forces Agreement* (SOFA). Toda a arquitetura de segurança bilateral, o combate ao terrorismo e às ameaças externas ou o apoio americano ao desenvolvimento económico e político, estavam inscritos no *Strategic Framework Agreement for a Relationship of Friendship and Cooperation*, também ele assinado a 17 de novembro¹⁸. Por outras palavras, o momento proporcionado pela *surge* de 2007 acabou por facilitar o entendimento entre as partes. Do lado de Bagdade, garantia-se a presença americana crucial para a estabilidade interna, evitando-se o caos e potenciando o treino das forças de segurança. Do lado de Washington, traçava-se um calendário de retirada perante a pressão política, além de se estabelecer um acordo com um aliado na região.

Vale a pena sublinhar que nenhum dos acordos definia um calendário exato em que ambos vigorassem para lá do final da presença militar americana, garantindo o cumprimento temporal alargado de aliança ou mera cooperação. Talvez tenha sido este o motivo que levou a Administração Obama, em maio de 2012, a estabelecer um quadro de dez anos depois da saída das suas tropas do Afeganistão, quando assinou um acordo de parceira estratégica bilateral com este país. Reconhece, com isso, um erro político de Bush e que limitou bastante a capacidade negocial de Washington quando tentou, junto de Bagdade, a permanência de uma pequena força militar depois de dezembro de 2011 que assegurasse a segurança do pessoal diplomático norte-americano no terreno¹⁹.

Já com o general Odierno no lugar de David Petraeus (destacado para chefiar o Central Command norte-americano em setembro de 2008), e com Barack Obama na Casa Branca, a estratégia para o Iraque não foi invertida, mas antes afinada. Assim, Odierno e Obama tiveram em conta dois grandes grupos de opiniões. Por um lado, os que defendiam ser apenas necessária uma força residual no Iraque. Por outro, os que alertavam para o facto de se traçar um calendário definitivo que servisse de motivação aos insurgentes para se resguardarem até à saída das tropas americanas²⁰. Obama optou por seguir uma via intermédia, traçando o fim das operações de combate e a redução para 50 mil homens até agosto de 2010. De acordo com Emma Sky, conselheira do general Odierno entre 2008 e 2010, esta decisão deu ao comandante das forças americanas a flexibilidade que ele desejava para alterar a missão de contrainsurreição, muito em foco no último par de anos, para uma outra de estabilização mais focada na parceria e treino com as forças de segurança iraquianas e na sua

JÁ COM O GENERAL ODIERNO NO LUGAR DE DAVID PETRAEUS E COM BARACK OBAMA NA CASA BRANCA, A ESTRATÉGIA PARA O IRAQUE NÃO FOI INVERTIDA, MAS ANTES AFINADA. OBAMA OPTOU POR SEGUIR UMA VIA INTERMÉDIA, TRAÇANDO O FIM DAS OPERAÇÕES DE COMBATE E A REDUÇÃO PARA 50 MIL HOMENS ATÉ AGOSTO DE 2010.

capacidade para proteger as populações²¹. De acordo com esta visão, era importante estar consciente da realidade do país, independentemente das melhorias alcançadas nos últimos meses. O Iraque tinha deixado de ser um Estado falhado, mas ainda era um Estado frágil.

E para inverter essa fragilidade era extremamente importante alcançar dois patamares. Por um lado, um clima de segurança local e diário que restituísse a normalidade à atividade económica e às relações sociais, diminuindo a tensão entre xiitas e sunitas, entre árabes e curdos, entre autoridades locais e governo central. Por outro, a existência de um processo político nacional capaz de progressivamente fortalecer a coesão nacional depois de uma intervenção militar estrangeira e de um cenário de guerra civil interétnica. O papel de Washington era cada vez mais o de assumir-se como parceiro maior nestes caminhos e cada vez menos como intromissor nas decisões iraquianas.

Obama fez um importante discurso em Camp Lejeune sobre o Iraque, o primeiro que dedica ao tema enquanto Presidente e onde discorre sobre a forma «responsável de terminar a guerra». Primeiro, alargar a dezoito meses a proposta que tinha lançado nos debates da campanha eleitoral: ou seja, a missão de combate terminada a 31 de agosto de 2010. Segundo, ter todas as restantes tropas de auxílio, treino e aconselhamento às forças de segurança locais, de regresso aos Estados Unidos no final de 2011. Terceiro, integrar o Iraque aliado de Washington como peça fundamental da segurança e estabilidade de todo o Médio Oriente daí em diante e que passaria por travar as intenções nucleares do Irão, inverter a insegurança no Af/Pak e chegar a bom porto no processo de paz israelo-árabe. Por outras palavras, à medida que a força militar ia sendo reduzida, a capacidade política e diplomática teria de ser fortalecida. Este foi o grande teste que se colocou, na prática, à restituição da total soberania de todas as funções de Estado aos iraquianos, depois de estes terem sido chamados às urnas em legislativas (janeiro de 2005) e regionais (janeiro de 2005 e janeiro de 2009).

A verdade é que entre o anúncio da estratégia de Obama e o final de agosto de 2010 – já depois das legislativas iraquianas de março de 2010 –, a situação no Iraque estabilizou. De acordo com um relatório do Congresso norte-americano sobre a satisfação dos iraquianos por alturas da retirada das tropas de combate americanas, pode-se verificar a opinião favorável sobre a segurança sentida na sua zona (90 por cento) ou a confiança com o seu governo local (70 por cento)²². Neste contexto de melhoria, Robert Gates daria conta a David Petraeus, através de memorando interno, da alteração do nome da missão no Iraque, que a partir de 1 de setembro de 2010 se passaria a chamar «Operation New Dawn», precisamente para sinalizar o fim efetivo da «Operation Iraqi Freedom» iniciada em 2003, e do reforço do compromisso americano pelos acordos assinados com Bagdade que previam o calendário de retirada e os mecanismos de ajuda às forças armadas e de segurança locais²³. Obama, exatamente no final desta operação, discursaria na Sala Oval em horário nobre, anunciando oficialmente o fim das operações de combate no Iraque e a transferência para a soberania local de um conjunto de tarefas que até

então tinham estado sob reserva internacional. A partir desse momento e até ao final de 2011, a missão norte-americana ficaria limitada a treino e aconselhamento às forças de segurança iraquianas quer nas operações de contraterrorismo, quer na proteção quotidiana às populações. Para o Presidente americano, esta guerra durava há demasiado tempo, tinha consumido demasiados recursos, desviado muitos outros da prioridade afegã, e estava na hora de serem os iraquianos, com o auxílio do aliado norte-americano, a «construírem a sua democracia»²⁴.

Mas nesse último semestre de 2010, outros factos marcaram a transição de um Iraque fortemente condicionado pelo exterior, para um Iraque mais livre para se autogovernar. Os principais passos deram-se com os levantamentos das sanções das Nações Unidas impostas aos programas de desenvolvimento de armas biológicas e químicas, ao fim do programa petróleo-por-alimentos, para além de lhes ser permitida a restituição do controlo da soberania sobre os recursos energéticos, a partir de meados de 2011. Como salientava a Resolução 1956, de 15 de dezembro de 2010, a «situação agora existente no Iraque é significativamente diferente daquela que existia aquando da Resolução 661 (1990)», ou seja, desde o início do regime de sanções impostas pelas Nações Unidas em virtude do comportamento agressivo de Bagdade e do seu incumprimento dos padrões de segurança interna e regional²⁵.

A progressiva transferência de soberania para o Iraque nas mais diversas atividades estatais não foi isenta de percalços, sobretudo no âmbito da segurança interna. À medida que era reforçada uma esfera própria de soberania iraquiana no plano político, no funcionamento das instituições parlamentares e judiciais, na administração pública e na operacionalidade das polícias e forças armadas, os ataques terroristas foram mostrando uma realidade ainda instável e que requeria atenção internacional. O propósito foi muito claro, fruto dos alvos preferenciais: assustar os iraquianos na fase de retirada norte-americana, travar os seus anseios soberanos, descredibilizar as suas forças de segurança. Importa, por isso, avaliar alguns dos maiores riscos em volta do processo de retirada americana do Iraque.

À MEDIDA QUE ERA REFORÇADA UMA ESFERA PRÓPRIA DE SOBERANIA IRAQUIANA NO PLANO POLÍTICO, NO FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES PARLAMENTARES E JUDICIAIS E NA OPERACIONALIDADE DAS POLÍCIAS E FORÇAS ARMADAS, OS ATAQUES TERRORISTAS FORAM MOSTRANDO UMA REALIDADE AINDA INSTÁVEL.

CONSEQUÊNCIAS DA RETIRADA AMERICANA

David Petraeus normalmente não se engana quando publicamente avalia o peso das ameaças. Em abril de 2007, estava a *surge* no seu início, o general definiu a Al-Qaida no Iraque (AQI) como «o provável inimigo número um» dos americanos. Em três anos, esse inimigo tornou-se no número um também dos iraquianos. Se contabilizarmos os ataques assumidos quer pela organização terrorista individualmente, quer os da autoria do Estado islâmico no Iraque – composto, entre outros grupos, pela Al-Qaida, por

federações de insurgentes sunitas como o Mujahideen Shura Council e o Jeish al-Taiifa al-Mansoura – podemos apontar um padrão nos últimos três anos: bombistas suicidas fazem-se explodir em zonas densamente povoadas, em horas movimentadas de mercados, vias públicas ou restaurantes, provocando a morte a civis iraquianos com o claro objetivo de gerar pânico e minar a normalidade social; carros-bomba apontados a alvos militares (campos de recruta), esquadras de polícia, edifícios governamentais, sobretudo de administração interna, justiça e defesa.

Por outras palavras, o terrorismo no Iraque passou de um mecanismo de violência contra as tropas estrangeiras para se focar nas esferas de segurança interna, cada vez mais ao abrigo da soberania iraquiana, ao mesmo tempo que a vida quotidiana era minada por ataques contra civis. A partir das eleições gerais de março de 2010, houve mesmo um acréscimo de ataques reivindicados pela organização, a qual, de acordo com um relatório do Pentágono, passou a privilegiar ataques mediatizados e de grande impacto visual. A AQI tem sido responsável por 80-90 por cento dos ataques terroristas no Iraque e calcula-se que 60 por cento dos seus militantes sejam estrangeiros, nomeadamente sauditas que entram em território iraquiano via Síria²⁶.

Em tempos liderada pelo carismático Al-Zarqawi (morto em 2006), a sua ausência foi notada quando a liderança passou por uma fase de indefinição com efeitos na orientação da organização. Como nota Brian Fishman, especialista na Al-Qaida no Iraque, esta não deixa de ser uma ameaça ao quadro bilateral entre Washington e Bagdade, mas as tensões que a organização no Iraque tem com a rede internacional fundada por bin Laden (por motivos de liderança, metodologia, organização) devem levar os Estados Unidos a adotar uma postura focada nas especificidades do Iraque e considerar que a violência extremista não se esgota nas práticas do terrorismo jihadista²⁷. Além disso, os ataques terroristas estão cada vez mais concentrados em Bagdade – onde está o poder político e as instituições de segurança – tendo a estratégia de colocar as comunidades sunitas contra a Al-Qaida dado frutos noutras regiões violentas como Anbar, a maior província do Iraque e fronteira com a Jordânia, Síria e Arábia Saudita.

O cenário de violência interna, a ser potenciado pela retirada das tropas norte-americanas, pode ter origem também no sectarismo entre sunitas, xiitas, curdos e secularistas. Se tivermos em conta os duzentos e sete dias que o Iraque levou desde as eleições de março de 2010 até à formação de um governo – recorde mundial, entretanto ultrapassado pela Bélgica – podemos retirar duas conclusões: é difícil e instável o relacionamento entre partidos sunitas e xiitas; o Governo tomou posse após o bloco político afeto ao clérigo xiita Muqtada al-Sadr ter apoiado a coligação xiita do até aí primeiro-ministro Nuri al-Maliki, político bem relacionado com Teerão e que seria reconduzido no cargo. Ou seja, influência iraniana, preponderância xiita com base num apoio de um líder religioso responsável pelo período de violência contra sunitas entre 2004 e 2007, sunitas com peso reduzido e curdos com autonomia. Vale a pena recordar que no dia seguinte à

saída do último soldado americano do Iraque, o primeiro-ministro Maliki mandou prender de imediato o Vice-Presidente sunita, Tariq al-Hashimi, tendo este fugido para o Curdistão²⁸.

O receio do regresso da violência maciça está espelhado em dois parâmetros. O primeiro, no número imediato de ataques terroristas que se deram entre novembro de 2011 e janeiro de 2012: de 302 para 561. Só na província de Mossul, um grande bastião sunita fronteiriço com a Síria, no mesmo período os ataques registados passaram de 21 para 105²⁹. O segundo diz respeito ao calendário eleitoral. O Iraque terá eleições locais em 2013 e legislativas em 2014 o que, tendo em conta o histórico recente, motivará acesas clivagens de representatividade e acusações mútuas entre xiitas e sunitas. As forças de segurança iraquianas têm, assim, um duplo desafio: reduzir a insegurança até às eleições e garantir estabilidade aos atos eleitorais. Dois desafios de sucesso totalmente imprevisível.

O contexto regional é suficientemente heterogéneo e complexo para tirarmos conclusões definitivas sobre o caminho que os países do Norte de África e Médio Oriente irão percorrer. No que toca às motivações das revoltas árabes que desde janeiro de 2011 têm percorrido a região, há certamente anseios por melhores condições de vida, emprego e liberdades políticas, mas haverá também impulsos suscitados por etnias religiosas que não se consideram representadas na elite que as governa. É o caso do Barém, cujo poder é ocupado por sunitas numa sociedade maioritariamente xiita, ou da Síria, cuja liderança alauita provém do ramo xiita, embora a maioria da população seja sunita. É ainda crescente a força que os xiitas têm no Líbano e a influência que o Irão exerce sobre o Hezbollah, o regime de Damasco e as revoltas no Barém. A perceção que existe em Washington é a da existência de um potencial de conflitualidade violenta – como se tem visto na Síria e no Iémen, por exemplo – que pode ir do antiautoritarismo ao sectarismo religioso – e cujo epicentro está numa projeção de poder do Irão na região, com especial incidência no Iraque.

A PERCEÇÃO QUE EXISTE EM WASHINGTON É A DA EXISTÊNCIA DE UM POTENCIAL DE CONFLITUALIDADE VIOLENTA QUE PODE IR DO ANTIAUTORITARISMO AO SECTARISMO RELIGIOSO – E CUJO EPICENTRO ESTÁ NUMA PROJEÇÃO DE PODER DO IRÃO NA REGIÃO, COM ESPECIAL INCIDÊNCIA NO IRAQUE.

Mark N. Katz, do Middle East Policy Council, alerta para a perda de influência objetiva e real que os Estados Unidos terão nos destinos do Iraque após a sua retirada do terreno. Independentemente do acerto ou não da decisão, a sua implicação direta está relacionada com a incapacidade dos Estados Unidos face a um crescimento da violência sectária, por estarem militarmente ausentes³⁰.

Para o mesmo analista, uma outra consequência da retirada americana dar-se-á ao nível da perceção que muitos *players* da região terão sobre o declínio dos Estados Unidos no território quer na redução da influência sobre líderes e cenários internos, quer na menor predisposição para intervir militarmente por motivos semelhantes à

intervenção no Iraque em 2003. Em último caso, pode dar-se o caso de a percepção sobre o declínio americano conduzir alguns dos seus aliados à procura de outras garantias de segurança com outros atores regionais que não os Estados Unidos. Neste ponto, pode o fator nuclear iraniano continuar a funcionar como aglutinador de segurança, uma ameaça para muitos países do Médio Oriente que venha reforçar os laços com os Estados Unidos, independentemente de estarem ou não tropas americanas no Iraque. É verdade que pode. Mas também pode dar-se o caso de a comunidade internacional continuar a ser fintada pelo regime de Teerão sobre o seu programa nuclear e o cordão de influência iraniana na região ser suficientemente ativo e destabilizador que tende a agrupar debaixo do chapéu nuclear iraniano todos aqueles que não se sentem confortáveis com a presença americana ou mesmo com os laços que regimes sunitas mantêm com Washington (Arábia Saudita, Egito, Jordânia, setores libaneses).

Vale a pena recordar alguns dos factos reveladores da influência crescente do Irão na realidade interna do Iraque³¹. Além de ter patrocinado milícias xiitas durante os anos mais violentos a seguir à intervenção de 2003, o Irão viu ser-lhe atribuído um pedido de desculpas público por parte do ministro da Defesa iraquiano, em 2005, quando este esteve em Teerão em visita oficial. Em causa estavam todos os atos cometidos pelo regime de Saddam Hussein. Este clima de renovada relação bilateral dava já o tom da relação entre os dois países, aproximação que encaixa na grande estratégia regional iraniana: aumentar a sua influência num momento em que o Grande Médio Oriente vive não só uma turbulência política como um declínio de poder ocidental³².

Para além disso, o Iraque tem um extraordinário potencial económico: o investimento estrangeiro aumentou 200 por cento em 2009; o FMI estima um crescimento do PIB de sete por cento ao ano em média nos próximos cinco anos; e a exploração energética é considerada pelas autoridades como tendo margem para igualar a produção diária de barris de petróleo da Arábia Saudita numa década e, numa previsão mais conservadora, igualar a exportação do Irão em 2014. Além disso, o Iraque é o único membro da OPEP que não tem uma quota definida para exportação³³. Este quadro, aliado a divisões étnico-religiosas internas, faz do Irão um interessado nessa divisão para melhor reinar. Embora não seja do seu interesse que o Iraque regressasse à violência, o desafio de Teerão irá passar por manter o país fragilizado pelas divisões, sem chegar ao conflito. E para além do interesse natural nas comunidades xiitas, é histórica a proximidade e o auxílio aos iraquianos curdos, que mantêm Jalal Talabani na presidência do Iraque. Por outras palavras, o Irão é, e quer continuar a ser, um *player* maior no destino do Iraque, no seu potencial económico e no que isso representa como alavanca à influência iraniana na região³⁴. Se isto é aceite pelas autoridades políticas iraquianas é uma das maiores dúvidas que se colocam no futuro próximo.

Para os Estados Unidos, o desafio maior passará por conseguir garantir o Iraque como seu aliado estratégico, além de garantir política e economicamente influência numa região estratégica mas ao mesmo tempo instável, complexa e com a qual tem despendido avultados recursos humanos, militares e financeiros. A fasquia americana está suficientemente alta para colocarmos algumas interrogações sobre o *timing*, a forma da retirada militar do Iraque e a alteração profunda da natureza da sua missão.

A envergadura da missão político-diplomática americana após a retirada é

colossal. De acordo com o senador John Kerry, líder do comité de relações externas do Senado, 17 mil homens e mulheres estarão em missão no Iraque sob a autoridade da Embaixada em Bagdade, espalhados por 15 estruturas: três centros de treino policial, três bases aéreas, dois consulados, dois escritórios de embaixada e cinco postos para a cooperação e segurança³⁵. Mas Kerry também alerta para algumas questões que devem merecer a máxima atenção da Administração. Primeiro, terá o Departamento de Estado capacidade para apoiar esta ambiciosa missão diplomática sem o suporte militar americano no terreno? Segundo, num ambiente ainda instável do ponto de vista da segurança, qual será o futuro da relação entre os Estados Unidos e o Iraque? Terceiro, estão os Estados Unidos em condições para disponibilizar os recursos necessários ao sucesso desta missão civil? São perguntas muito concretas que permanecem sem resposta.

PARA OS ESTADOS UNIDOS, O DESAFIO MAIOR PASSARÁ POR CONSEGUIR GARANTIR O IRAQUE COMO SEU ALIADO ESTRATÉGICO, ALÉM DE GARANTIR POLÍTICA E ECONOMICAMENTE INFLUÊNCIA NUMA REGIÃO ESTRATÉGICA MAS AO MESMO TEMPO INSTÁVEL.

CONCLUSÕES

A justeza, pertinência ou sensatez em redor da intervenção no Iraque em 2003 não foi o objetivo deste *paper*. No entanto, é aceite pela generalidade dos analistas – inclusive entre os que apoiaram a intervenção militar – que o conflito no Iraque desviou demasiados recursos humanos, militares e financeiros dos Estados Unidos na luta contra o terrorismo e a frente afegã. O primeiro ponto a reter é a causa-efeito entre o caos vivido no Iraque entre 2003 e 2007 e a necessidade de Washington afetar mais recursos para travar a guerra civil em curso.

Após a mudança estratégica ocorrida com a *surge* de 2007 e as melhorias no terreno – nos domínios da segurança, da legitimação política ou do crescimento económico –, Barack Obama emerge na campanha eleitoral de 2008 como um opositor assumido da intervenção e com a promessa de terminar as operações militares e a presença americana no Iraque durante o seu mandato. Estas promessas foram cabalmente cumpridas. Mas, em boa verdade, Obama acabou por moldar este seu calendário ao compromisso bilateral negociado pela Administração Bush: retirada militar completa até 31 de dezembro de 2011.

O certo é que a atual Administração seguiu este rumo. A orientação estratégica para o Médio Oriente alargado foi a de afetar recursos para o Af/Pak (Obama acabou por implementar uma *surge* em 2009) e assegurar uma arquitetura de segurança estável com os aliados na região. E, naturalmente, o Iraque é um deles. Contudo, desde o início de 2011, assistiu-se a uma turbulência endémica na região, que fez cair ditadores (Bem Ali, Mubarak), gerou violência (Líbia, Síria, Iémen), assustou regimes estabelecidos (Síria, Argélia), promoveu interferências externas (Líbia, Síria, Barém, Iémen) e colocou a fasquia dos desafios americanos para a região num patamar tão delicado como indefinido. As revoltas árabes foram sobretudo materialistas, por direitos e objetivos económicos e políticos, mas nalguns casos revelaram clivagens étnico-religiosas supostamente adormecidas. Sunitas e xiitas não convivem livremente em muitos destes países e a repressão é normalmente a resposta à reivindicação de melhor representatividade política. O Iraque, enquanto exemplo recente de absoluto caos na convivência étnica, pode sofrer com o percurso que algumas das revoltas na região vêm mostrando (Síria, com quem tem uma fronteira de 286 quilómetros), deitando por terra os esforços de acalmia conquistados nos últimos dois a três anos. Saber até que ponto a ausência física de tropas americanas é colmatada com rigor e eficácia pelas centenas de milhares de forças de segurança iraquianas entretanto treinadas é uma das grandes incógnitas dos próximos tempos. Tendo em conta a violência que 2012 ainda revelou, o cenário não é animador.

O terrorismo infiltrou-se no caos iraquiano e minou ainda mais a convivência entre sunitas, xiitas e curdos. Se numa primeira fase foi direcionado contra a presença estrangeira, depois dos efeitos da *surge* passou a ter como alvo a população civil iraquiana, sobretudo comunidades xiitas e símbolos da autoridade do Estado como esquadras de polícia ou edifícios governamentais. A morte de bin Laden não deve criar entusiasmos desnecessários no Ocidente, uma vez que a Al-Qaida está suficientemente preparada para funcionar sem uma cadeia de comando rígida e um organigrama pesado. A própria Al-Qaida no Iraque e demais grupos que atuam no contexto interno iraquiano, atuam com grande autonomia face ao centro ideológico e operacional de bin Laden. A sua neutralização no Iraque passa por convencer sobretudo as comunidades sunitas e respetivos líderes religiosos dos riscos de tornar o Iraque num Estado falhado e em guerra civil. Além disso, é preciso melhorar os mecanismos de recolha e tratamento de informação, do sistema de justiça e do controlo fronteiriço iraquiano. A dúvida, neste ponto, permanece aberta: sem a presença militar americana, serão estes objetivos alcançados pelos iraquianos?

Por fim, as revoltas árabes também revelaram um equilíbrio maior na influência dos grandes *players* da região. Os Estados Unidos, reféns dos apoios a alguns ditadores, como Mubarak no Egito ou Saleh no Iémen, foram colocados numa situação tremendamente incómoda ao terem de manifestar simpatia por movimentos pró-democracia sem saber se não seria o caos o grande vencedor na região. Ou seja, vão lidando com

a situação caso a caso, de acordo com a dimensão dos problemas e as implicações que trazem para os equilíbrios e alianças na região. A Turquia e o Irão viram projetada a sua influência em diversos modelos de revoltas: a primeira, por revelar a compatibilidade de um modelo socioeconómico próspero numa sociedade muçulmana; o segundo, ao querer mostrar que o seu projeto islâmico tem raízes na região e perdura estavelmente no tempo, procura apoiar revoltas xiitas contra lideranças sunitas apoiadas pelos Estados Unidos e Arábia Saudita (Barém) ou evitar que os seus proxys caiam ou reduzam a sua influência (Síria, Hezbollah, Hamas). A política externa americana para a região, independentemente da retirada militar do Iraque, terá inevitavelmente que assegurar Bagdade como um aliado estratégico nos equilíbrios de poder regionais, na inversão da intenção nuclear de Teerão (foi em Bagdade que as negociações sobre o nuclear regressaram no passado maio), na garantia de sucesso do modelo de convergência multiétnica iraquiana e na luta antiterrorista que tem não só no *franchising* da Al-Qaida na península arábica um dos focos, como num conjunto de outros movimentos jihadistas transnacionais que operaram onde a autoridade do Estado não chega. A Guerra do Iraque foi um passo provavelmente maior que a perna dado pelos Estados Unidos. Nove anos depois e militarmente retirados, Washington tem de acautelar que os passos seguintes não podem ser de recuo nem tão-pouco de desinteresse, mas numa cadência certa para não arriscar perder todos os esforços feitos nos últimos anos. A tarefa é difícil, não depende apenas de Washington e as contrariedades aparecerão de certo. Estamos ainda longe de perceber todas as consequências da intervenção militar de 2003. Os anos mais próximos podem dar-nos as primeiras respostas. **RI**

NOTAS

1 Cf. BAKER, James A., e HAMILTON, Lee H. – *The Iraq Study Group Report*. Nova York: Vintage Books, 2006, p. 3.

2 Sobre as razões do fracasso da estratégia da coligação no pós-guerra, ver, por exemplo, RICKS, Thomas – *Fiasco: The American Military Adventure in Iraq*. Nova York: Allen Lane, 2006, e WOODWARD, Bob – *State of Denial: Bush at War Part III*. Nova York: Simon & Schuster, 2006. Em particular, sobre o caso de Abu Ghraib, cf. HERSH, Seymour M. – «Torture at Abu Ghraib». In *The New Yorker*. Vol. 80, N.º 11, 10 de maio de 2004, pp. 42-47; GLAISTER, Dan, e BORGER, Julian – «1,800 new pictures add to US disgust». In *The Guardian*, 13 de maio de 2004; HIRSH, Michael, e BARRY, John – «The Abu Ghraib scandal cover-up?». In *Newsweek*, 7 de junho de 2004.

3 Cf. BAKER, James A., e HAMILTON, Lee H. – *The Iraq Study Group Report*. Nova York: Vintage Books, 2006, p. 73.

4 BUSH, George W. – «President's address to the Nation», 10 de janeiro de 2007. Disponível em: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2007/01/20070110-7.html>.

5 RICKS, Thomas E. – *The Gamble: General Petraeus and the Untold Story of the American Surge in Iraq, 2006-2008*. Nova York: Allen Lane, 2009, p. 166.

6 Cf. O'HANLON, Michael E., e CAMPBELL, Jason H. – «The State of Iraq: an update». In *The Brookings Institution*, 22 de dezembro de 2007. Disponível em: http://www.brookings.edu/opinions/2007/1222_iraq_ohanlon.aspx.

7 A presença militar internacional no Iraque está consagrada pelas Resoluções do Conselho de Segurança que foram progressivamente estendendo o seu mandato: UNSCR 1723 (28 de novembro de 2006), UNSCR 1637 (8 de novembro de 2005), UNSCR 1546 (8 de junho de 2004), UNSCR

1511 (16 de outubro de 2003), UNSCR 1483 (22 de maio de 2003).

8 Cf. BUSH, George W. – «July in Iraq», 31 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.presidentialrhetoric.com/speeches/07.31.08.html>.

9 WOODWARD, Bob – *Obama's Wars: The Inside Story*. Londres: Simon & Schuster, 2010, p. 374.

10 HEILEMANN, John, e HALPERIN, Mark – *Race of a Lifetime*. Londres: Penguin Books, 2010, p. 36.

11 WOLFFE, Richard – *Revival: The Struggle for Survival Inside the Obama White House*. Nova York: Broadway, 2010, p. 242.

12 OBAMA, Barack H. – «Renewing American leadership». In *Foreign Affairs*. Vol. 86, N.º 4, julho-agosto de 2007, pp. 2-16.

- 13 Cf. WOODWARD, Bob – *Obama's Wars: The Inside Story*, p. 258.
- 14 Cf. SINGH, Robert – *Barack Obama's Post-American Foreign Policy: The Limits of Engagement*. Nova York: Bloomsbury, 2012, pp. 51-52.
- 15 *National Security Strategy of the United States of America*, White House, Washington DC, maio de 2010; *Sustaining US Global Leadership: Priorities for the 21st Century Defense*. White House, Washington DC, janeiro de 2012.
- 16 Cf. CLINTON, Hillary R. – «America's pacific century». In *Foreign Policy*. N.º 189, novembro de 2011, pp. 56-63.
- 17 Cf. SINGH, Robert – *Barack Obama's Post-American Foreign Policy: The Limits of Engagement*; INDYK, Martin, S. LIEBERTHAL, Kenneth G., e O'HANLON, Michael E. – *Bending History: Barack Obama's Foreign Policy*. Washington DC: Brookings Institution, 2012; LINDSAY, James M. – «George W. Bush, Barack Obama and the future of US global leadership». In *International Affairs*. Vol. 87, N.º 4, 2011, pp. 765-779.
- 18 Os acordos podem ser lidos em EHRENBURG, John J., MCSHERRY, Patrice, SÁNCHEZ, José Ramón, e SAYEJ, Caroleen Marji (eds.) – *The Iraq Papers*. Nova York: Oxford University Press, 2010, pp. 336-356.
- 19 Cf. SINGH, Robert – *Barack Obama's Post-American Foreign Policy: The Limits of Engagement*, pp. 105-106.
- 20 Cf. SKY, Emma – «Iraq: from surge to sovereignty». In *Foreign Affairs*. Vol. 90, N.º 2, março-abril de 2011, pp. 122-124.
- 21 Cf. *Ibidem*.
- 22 Cf. «Measuring stability and security in Iraq». Report to Congress in Accordance with the Department of Defense Supplemental Appropriations Act 2008, junho de 2010, p. 38.
- 23 Cf. GATES, Robert – «Memorandum for the commander, U.S. central command», Washington DC, 17 de fevereiro de 2010. Disponível em: <http://a.abcnews.go.com/images/Politics/08144-09.pdf>.
- 24 Cf. OBAMA, Barack – «Remarks by the President in address to the Nation on the end of combat operations in Iraq». Washington DC, 31 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2010/08/31/remarks-president-address-nation-end-combat-operations-iraq>.
- 25 Cf. as resoluções 1956, 1957 e 1958, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 15 de dezembro de 2010, disponíveis em: http://www.un.org/Docs/sc/unsc_resolutions10.htm.
- 26 Cf. «Measuring stability and security in Iraq». Report to Congress in Accordance with the Department of Defense Supplemental Appropriations Act 2008, junho de 2010, p. 31.
- 27 Cf. FISHMAN, Brian – «After Zarqawi: the dilemmas and future of Al Qaeda in Iraq». In *The Washington Quarterly*. N.º 29, Vol. 4, outono de 2006, pp. 19-32.
- 28 Cf. PARKER, Ned – «The Iraq we left behind». In *Foreign Affairs*. Vol. 91, N.º 2, março-abril de 2012, pp. 94-110.
- 29 Cf. KNIGHTS, Michael – «A violent new year in Iraq». In *The National Interest*, 16 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://nationalinterest.org/commentary/violent-new-year-iraq6517>.
- 30 Cf. KATZ, Mark N. – «Implications of America withdrawing from Iraq and Afghanistan: war on terror in perspective». In *Middle East Policy Center*, 18 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.mepc.org/articles-commentary/commentary/implications-america-withdrawing-iraq-and-afghanistan>.
- 31 Cf. NASR, Vali – *The Shia Revival: How Conflicts within Islam Will Shape The Future*. Nova York: W. W. Norton & Company, 2006, caps. 8 e 9; BAER, Robert – *The Devil We Know: Dealing with the New Iranian Superpower*. Nova York: Three Rivers Press, 2008.
- 32 Cf. BRADLEY, John R. – *After the Arab Spring: How Islamists Hijacked the Middle East Revolts*. Nova York: Palgrave, 2012; SINGH, Robert – *Barack Obama's Post-American Foreign Policy: The Limits of Engagement*, cap. 6.
- 33 Cf. NATALI, Denise – «Iraq's energy ambitions and regional relations». Event Report, Institute for National Strategic Studies, National Defense University, Washington DC, 27 de abril de 2012.
- 34 Cf. TAKEYH, Ray – *Hidden Iran: Paradox and Power in the Islamic Republic*. Nova York: Time Books, 2006, cap. 7.
- 35 Cf. KERRY, John – «Opening statement at hearing on "Iraq: the challenging transition to a civilian mission"». In *US Senate Committee on Foreign Relations*, 1 de fevereiro de 2011.